

A noção de Desenvolvimento Sustentável à luz dos conceitos de Desenvolvimento Humano (Amartya Sen) e Democracia Dialógica (Anthony Giddens)

João Vicente R. B. C. Lima¹

RESUMO

O presente paper debate a noção de Desenvolvimento Sustentável (DS) à luz das discussões conduzidas por Amartya Sen (sobre Desenvolvimento Humano) e Anthony Giddens (sobre Democracia Dialógica). O que se pretende é lançar luzes sobre novos elementos conceituais em um esforço de redefinição de DS, capaz de levar em consideração, de fato, aspectos da realidade e de processos humanos geradores da realidade ambiental e social, buscando recuperar as demandas humanas como parte do núcleo duro da definição de sustentabilidade e não como externalidades em face dos processos ambientais.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento. Democracia.

Introdução

As questões relacionadas às definições primeiras de Desenvolvimento Sustentável (DS) partiram do problema colocado pela depredação da natureza nas sociedades contemporâneas industrializadas e concorrentes, em um ambiente de mercado capitalista. Com a publicação do Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, na década de 1970, foi proposto como central o argumento-diagnóstico de que o modelo convencional de intercâmbio do homem com a natureza, nas diversas fórmulas e estratégias de associação humanas, não estava em equilíbrio com as temporalidades e os processos naturais, ameaçando “a capacidade das gerações futuras para atender às suas necessidades”.

No argumento-diagnóstico que iniciou toda uma discursividade pública com a substância do que se designou como “sustentabilidade”, algumas categorias ganharam grande força explicativa e de penetração midiática, como é o caso da variável “tempo”. O modelo atual de reprodução material e simbólica projeta objetivamente desafios impossíveis quanto à sua manutenção e perpetuação. Medidas atenuadoras apenas adiam o que parece ser inexorável — é preciso mudar urgentemente o modelo econômico e

societário predatório dos recursos finitos da natureza. Desde a incrível produtividade da agricultura convencional à profunda dependência da matriz energética do petróleo, passando aos ganhos grandiosos em escala de produção — e tantos mais indicadores a reforçar a noção de desenvolvimento baseado no crescimento infinito e de uma natureza generosa e sem limitações —, todo um conjunto de efeitos perversos são lembrados para firmar um contraste aos ganhos convencionais proclamados.

Do ponto de vista institucional, toda a arquitetura do antigo projeto (o modelo depredador) se coadunava nos arranjos do mercado e da democracia. As visões de natureza apenas como fator de produção em um contexto de competitividade e a motivação suprema da maximização dos lucros, também se articularam com o sistema de representação das vontades coletivas, onde os atores sociais e políticos por muito tempo mantiveram-se adormecidos relativamente aos tema distante sobre o futuro da vida no planeta. Contudo, os sintomas da desarmonia do projeto demonstrados nas afetações no plano biofísico (deterioração e desertificação dos solos, contaminação das águas, devastação das florestas, etc.) e humano (pobreza, êxodo rural, urbanização sem planejamento, etc.), fizeram que os estatutos de mercado e democracia fossem criticados e redimensionados a partir da particularidade indutora dos problemas ambientais.

Um tópico que dá contornos a uma crítica aponta para os limites de uma ação e seus mecanismos de organização econômica em dissonância com o tempo e os processos naturais. E nesse tempo, o agir econômico é tomado como indicativo de uma ética do viver que não está circunscrita somente ao campo econômico. O problema ecológico produz um redimensionamento da variável econômica e sua complexidade, pelos aspectos éticos que evoca, e da riqueza de símbolos aderentes e estruturantes da vida em bases as mais abrangentes.

Duas grandes áreas de conhecimento que formularam as primeiras concepções científicas mais elaboradas e com claro delineamento das questões ambientais — a biologia e a economia — não somente elaboraram a descrição e compreensão dos fenômenos essencialmente ambientais, mas criaram ao redor de si um receituário político com pretensões de instauração de um monopólio da verdade sobre o assunto, a despeito das limitações intrínsecas de seus sistemas de conhecimento.

Para exemplificar, a Economia da Poluição (EP), concebida por Pigou em 1920, propunha haver custos ou benefícios privados e sociais da atividade econômica, transferidos socialmente. Esses custos ou benefícios gerados a terceiros foram definidos como externalidades (negativas ou positivas). Nessa tradição, os danos ambientais são tomados como externalidades negativas, e a ação do agente privado poluidor passa a ser pensada através do balanço entre os custos privados e os custos sociais, isto é, considerando-se se a quantidade efetiva privadamente gerada de poluição é maior do que a quantidade socialmente “ótima”. Essa assimetria entre os custos privados e custos sociais foi entendida como “falha do mercado”, pela impossibilidade deste não produzir o “ótimo” social. A solução estaria, então, no uso de mecanismos institucionais de controle, como a taxação de um montante equivalente a este custo social, a fim de promover a internalização desses custos no cálculo dos agentes econômicos. A questão relevante passou a ser o critério para a determinação dos custos ou benefícios ambientais. Na tradição neoclássica, os valores econômicos que se formam no mercado são correspondentes às utilidades dos indivíduos,

nas suas disposições por consumir e pagar. Assim, os valores ambientais seriam aqueles atribuídos pelos indivíduos na disposição prática de pagar por essas externalidades negativas. O debate que se seguiu logo investiu sobre se os conhecimentos do indivíduo, reduzido à condição de consumidor, seriam suficientes para equacionar a complexidade dos eventos gerados e traduzidos por essas externalidades.

De outro lado, o viés biologizante do conservacionismo fechou-se em torno da máxima de uma caracterização redutora do homem como agente imprudente e destruidor do meio ambiente. Do ponto de vista prático, esse diagnóstico incentivou as iniciativas ligadas à criação dos parques de conservação, ao lado de uma atitude indiferente às demandas das comunidades e outras populações locais. Um homem genérico unicamente depredador emergia do modelo em uma ordem de argumentação auto-suficiente e pretensiosa, e em tonalidade alarmista. Está suposta nessa linha interpretativa, a incapacidade humana (local e geral) para ponderar, mudar e reimprimir novos projetos de ação. E os cientistas são colocados, então, como profetas e gestores parcimoniosos e únicos capazes de conduzir uma massa indócil e presa às sombras a um estado sustentável da vida, que, rigorosamente, não compreendem. Essa autocerteza “científica” mostrou-se ser puro pré-conceito, capaz de produzir uma violência simbólica e real já conhecida de outros processos históricos.

Ainda mais, os processos envolvidos nesse imperialismo verde são praticamente irreversíveis. O consumidor, tentado provar o frango Kentucky pode sempre dizer: “uma vez é o suficiente”. Ou o hindu convertido pelo batismo ao Cristianismo, pode decidir depois voltar à sua fé original. Mas os povos tribais, expulsos de suas casas pela propaganda conservacionista estão condenados à vida de refugiados ecológicos; um destino que para muitos povos tradicionais se aproxima somente da morte. (GUHA, 2000, p. 97).

Os desafios mais delicados quanto à possibilidade de concepção de um novo modelo de desenvolvimento estão em não somente formatar o essencial no projeto, mas em reunir as condições políticas e dialógicas para fomentar o projeto e implementá-lo. A propalada mudança substantiva do modelo de desenvolvimento convencional para o formato sustentável encontra obstáculos exatamente ao nível do espaço de discussão pública sobre os rumos a serem seguidos. A diversidade de tipos humanos, com suas respectivas visões de justiça e equidade sobre como o mundo (definindo o lugar do homem e da natureza) deve ser organizado, mostra-se muitas vezes irreconciliável. O esforço dialógico a ser empreendido é gigantesco, em meio aos interesses difusos firmados em matrizes intelectuais e ideológicas nem sempre convergentes.

O debate público atual sobre o que vem a ser DS tem alcance no jogo das identidades e representações da ordem do mundo, natural e humano, bem como da institucionalização das novas condições que estruturam a vida dos indivíduos na vida cotidiana. Sobre isso, o presente texto explorará as lações propostas por Amartya Sen e Anthony Giddens, cujas teorias, ainda que tenham pretensões as mais universais possíveis, estão bem aclimatadas a contextos empíricos específicos. Tentar-se-á refletir sobre a aplicabilidade desses modelos no contexto da capenga democracia brasileira. Um exercício de mediação será

feito no sentido de fazer que as teorias de Sen e Giddens respondam a dilemas que parecem típicos da latinidade e do Brasil.

A PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN

Para Amartya Sen, o Relatório Brundtland teve o mérito de suscitar uma gama de debates acerca dos padrões do viver no presente e de suas conexões intoleráveis com respeito às necessidades das próximas gerações. Contudo, ainda se constituía em uma abordagem incipiente com respeito a certas questões caras à reprodução material e simbólica humana, onde certos aspectos cruciais do estado da vida humana estariam minimizados porque se sustentariam em uma dissociação do homem da natureza. Assim, estavam asseguradas as condições para a produção dos julgamentos ambientalistas com viés biológico e/ou conservacionista, expressos recorrentemente na defesa da preservação das espécies naturais, excetuado o homem em suas múltiplas realidades.

Dessa maneira, uma pintura da realidade mostrava-se distorcida: de um lado, uma natureza desconectada do homem precisava ser mantida; e, de outro, este mesmo homem, submetido aos desafios de sua adaptação econômica, é colocado como uma entidade secundária dentro de um parâmetro de avaliação e projeção da vida. Então, torna-se necessário indagar sobre o estatuto de homem implícito nos debates acerca da definição de desenvolvimento sustentável. Elementos decisivos de um certo estatuto humano precisam ser recuperados, de maneira a ressaltar uma estrutura ética-intelectual do homem, como possuindo crenças e valores, e da capacidade para a discussão e avaliação públicas.

Para Amartya Sen, os modelos e projetos ligados ao desenvolvimento sustentável precisam compor, com as teorias sobre a ação e desenvolvimento humanos, um quadro mais rico de análise, uma vez que é sabido que toda uma gama de sugestões, advindas dos projetos de inspiração ecológica, direta ou indiretamente, tangencia temáticas como a necessidade de mudança dos modos de vida, do imperativo de se reinventar as instituições (com novos objetivos, políticas e ações práticas), com base em normas e responsabilidade cívicas. Sen sempre sublinhará, de um lado, os limites para os receituários típicos de regulamentação econômica como solução para os problemas ambientais — como se vê em políticas de multas para agentes depredadores —, e, de outro, os excessos do viés biologizante e redutor, que se prende a uma visão de conservação de uma natureza, e mostra-se impotente e indiferente para problematizar a condição humana em seus vários aspectos — a pobreza, a violência, etc.

Assim, estabelece-se a relação entre sustentabilidade e ativismo cívico, em que os valores e mecanismos democráticos não sejam somente um meio para a preservação do meio ambiente, mas sirvam como princípios formadores de um modo de vida sustentável, devidamente materializado em padrões comportamentais que demonstrem comprometimento e motivação em relação aos assuntos ambientais. Desse ponto de vista, o arcabouço intelectual proposto por Sen tenta acomodar partes complexas de realidade, fazendo convergir, para um mesmo estatuto ético e cívico, os projetos e ações ligados à preservação de espécies ameaçadas de extinção e também, e até, os desafios postos em

outras necessidades humanas diárias. Isso é possível porque, no plano cognitivo humano e no âmbito operatório da democracia, reconhece-se um sujeito competente para agir de maneira englobante. Não é que sejam desconhecidos fenômenos como o do individualismo contemporâneo a assombrar iniciativas de natureza mais cooperativa, mas trata-se de ressaltar que os problemas e dilemas ambientais colocam, de um ponto de vista prático, situações que só podem ser tratadas sob a perspectiva de um debate público em que é exigido levar em consideração o ponto de vista de todos para a produção de um consenso prático e viável. Esse dado universalista presente em certas problemáticas é visto no reconhecimento que se tem de que acontecimentos distantes ameaçam o modo de vida do sujeito mais individualista no campo de seu agir diário.

A teoria de Sen se apóia em uma noção de agente competente, para pensar e agir reflexiva e cooperativamente, porque capaz de sensibilizar-se com realidades para além da esfera dos interesses materiais mais imediatos. Esse agente competente coaduna-se com as demandas de um agir político com vistas a padrões sustentáveis de vida, porque movido pela consideração dos interesses e bem-estar dos outros. Uma consequência das premissas anteriores é a postulação da responsabilidade do agir humano, não somente em termos de ideais inspiradores da ação, mas em bases objetivas, pela própria condição de interação dos atores sociais, mergulhados nos acontecimentos que são de interesse de um espectro maior de indivíduos (e que requerem de cada indivíduo não só uma reação egoísta), evocativa de uma atitude envolvente com relação ao conjunto, uma vez que mesmo o interesse mais egoísta, nesse caso, não pode ser entendido fora de situação em relação aos outros. Mas não se trata da consignação de nova teoria atomista que ignora fenômenos e processos substantivos e circunstanciais a limitar a expansão das capacidades humanas, e sequer as instituí em patamares mínimos.

Antes de tudo, é relevante recuperar a noção de desenvolvimento proposta por Sen: “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Até aqui, a despeito de todo generalismo, é mister ressaltar o afastamento que o autor realiza em relação aos critérios economicistas de renda e produto interno bruto para se aferir um ótimo padrão de qualidade de vida. O esforço que realiza almeja recuperar os conteúdos não econômicos e de grande impacto no processo de desenvolvimento. Então, o processo de desenvolvimento torna-se fortemente condicionado por requisitos, como o regime democrático, liberdades civis e certas disposições sociais (como os sistemas de educação e saúde), voltados para a ampliação das capacidades de agir do indivíduo. O modelo econômico (sua funcionalidade e eficiência) deve ser avaliado com respeito à ampliação ou não das liberdades geradas nas vidas das pessoas. E isso vale para a compreensão de quaisquer instituições e suas práticas, perscrutando até que ponto essas instâncias alcançaram a meta da consecução de um indivíduo livre e competente. O autor tem em mente um quadro analítico e de realidade que delineie os processos estruturais que organizam a vida individual e as margens de liberdade, maiores e menores, que os indivíduos têm e demonstram no cotidiano, e que impactam, por sua vez, a constituição das instituições estruturantes de seu agir, dependendo sempre dos níveis das capacidades efetivas das pessoas.

Esse agente competente, portanto, pode problematizar a respeito dos assuntos ligados à sustentabilidade, sobre até que ponto axiomas, premissas, programas e políticas

embalados no ambiente de pretensões ambientalistas são capazes de ampliar-lhe a liberdade. O dado do desenvolvimento humano precisa ganhar proeminência nas diversas equações da sustentabilidade, a ponto de fazer que se considerem os dilemas humanos (como pobreza, trabalho escravo, violência contra a mulher, etc.) como partes decisivas do modelo, e não mais como elementos descritivos e analiticamente sem valor explicativo.

As liberdades políticas têm para Sen uma importância fundamental porque é nessa esfera discursiva que se define o que se compreende por “necessidades econômicas” e, por que não dizer, o que é relevante e prioritário enquanto “problemas ecológicos”. Toda a parte operativa voltada ao atendimento de necessidades econômicas e, por consequência, necessidades ambientais, incluindo os programas e instituições a serem criadas para esses fins, depende da urgência e efetividades das liberdades políticas. Pode-se depreender de Sen que, a despeito do quão objetivo e reais sejam os fenômenos e processos econômicos e ambientais, para além dos erros de avaliação da subjetividade, o enquadramento subjetivo do público é parte vital, porque constitutiva de uma ordem de realidade. Ademais, as liberdades políticas e as condições mínimas para a instauração de uma discursividade pública são imprescindíveis para a formação dos valores para o agir sustentável mais amplo. O que se precisa afastar são as soluções “científico-ideológicas” que preconizam a possibilidade e legitimidade de uma definição a priori das necessidades econômicas, ambientais e dos valores a serem seguidos. Esse campo de discursividade fora do mercado pode produzir, e produz, regras e normas comprometidas com os princípios de justiça, confiança e solidariedade, convergindo para o mercado.

Invariavelmente chega-se ao difícil tema acerca das possibilidades de construção de um consenso, em meio à diversidade de tipos humanos e seus motivos nem sempre convergentes e de inspirações ideológicas, muitas vezes incompatíveis entre si. Essa reflexão o autor faz no contexto em que discute o componente cooperativo da racionalidade do agir humano nos ambientes mais amplos de sociabilidade. O ponto de partida a ser considerado é a base avaliatória para a concepção de instituições necessárias para a obtenção de metas e comprometimentos valorativos. Neste ponto, quando se considera um leque maior de bases informacionais para sustentar a reflexão e decisão do público, isto é, uma ampliação de critérios sobre os itens relevantes e sobre os tipos humanos beneficiados e prejudicados, capazes de sinalizar concordâncias parciais em meio às contingências, pode-se chegar a opções aceitáveis, sem que se tenha uma unanimidade social perfeita.

Como contraponto ao argumento da impossibilidade do público produzir soluções efetivas e controláveis, Sen propõe que o consenso possível, fruto das liberalidades democráticas, gera a realidade da concepção e operação de ações previsíveis e exitosas, produzindo mais confiança para o sistema como um todo. E aqui deparamo-nos com outro fundamental argumento com respeito à impossibilidade da produção de valores sociais e de normas de comportamento moralmente comprometidas: o domínio de uma essência egoísta viabiliza somente o funcionamento do mercado, porque instância que apelaria unicamente para o auto-interesse humano. Se é indiscutível que a motivação egoísta é constitutiva do agir humano, também “um senso de justiça está entre as considerações que podem motivar as pessoas”. Essa potencialidade é ainda mais reforçada em contextos de maior abertura para o raciocínio comunicativo e liberdades políticas. De

outra maneira, “idéias básicas de justiça não são estranhas a seres sociais”, nem é preciso criar um espaço na mente para o florescimento de idéias de justiça e equidade. Amartya Sen sublinha que a própria disciplina da economia, preocupada com as exigências quanto à cientificidade, afastou-se de uma série de considerações éticas que afetam o comportamento real e que “são primordialmente fatos e não juízos normativos”. Ou seja, os projetos motivados dos indivíduos apresentam um substrato ético, entremeados pelas incoerências próprias ao comportamento real —, e a economia clássica, ao simplificar seu modelo, atentando somente para os fins e para dimensão instrumental, perdeu uma dimensão real e normativa constitutiva da ação.

Também Sen se insurge contra as interpretações que vêem a escolha racional somente como vantagem pessoal, obscurecendo que dimensões do agir firmadas em considerações sobre ética, justiça ou mesmo o interesse das gerações futuras sejam de importância nas escolhas dos indivíduos. O comportamento racional move-se por simpatia (condição de sentir junto com os outros, como é o caso de sofrer com o sofrimento que afeta a outro) e por comprometimento — quando a motivação para o agir é alimentada pelo senso de injustiça e pelo desejo de mudança do sistema, sem que aquele que age por comprometimento tenha que se sentir infeliz por algo. Os subsídios necessários ao agir por simpatia ou comprometimento advêm das dinâmicas interativas entre as afeições do indivíduo àqueles que os cercam, em meio aos problemas e desafios do contexto. A referência marcante aqui é Rawls e sua concepção sobre a capacidade humana para agir segundo um senso de justiça e de compreensão do bem, reconhecidos como elementos comuns na tradição democrática. Para o autor de *Ética e Economia*, não é apropriado à defesa de um estatuto teórico do agir racional que coincida perfeita e completamente com o comportamento real. Dirá que “os tipos friamente racionais podem povoar nossos livros didáticos, mas o mundo é mais rico”. Também não quer com isso propor qualquer estatuto irracionalista da ação, mas quer opor-se ao entendimento de que o comportamento racional é unicamente a “maximização do auto-interesse” porque impediria, sob um ponto de vista lógico, a concepção de um agir motivado relacionado à ética. Para o que interessa discutir aqui, as chances para a construção de um estatuto público-ético sustentável estão condicionadas à criação e à consolidação dos mecanismos democráticos capazes de nutrir uma discussão pública ampla e suficiente para invocar nossos juízos de simpatia e comprometimento com valores apropriados aos objetivos primeiros.

O desafio ambiental faz parte de um problema mais geral associado à alocação de recursos envolvendo “bens públicos”, nos quais o bem é desfrutado em comum em vez de separadamente por um só consumidor. Para o fornecimento eficiente de bens públicos, precisamos não só levar em consideração a possibilidade da ação do Estado e da provisão social, mas também examinar o papel que pode desempenhar o desenvolvimento de valores sociais e de um senso de responsabilidade que viessem a reduzir a necessidade da ação impositiva do Estado. Por exemplo, o desenvolvimento da ética ambiental pode fazer parte do trabalho que a regulamentação impositiva se propõe a fazer (SEN, 2000, p. 305).

Não se pode, contudo, restringir todo o debate aos limites e possibilidades do agir individual. Torna-se imperioso o desenvolvimento de instituições conectadas aos códigos

de comportamento e atuando na ampliação de uma reflexão pública para o estabelecimento de padrões éticos de comportamentos comuns, firmados na confiança mútua. Então, com respeito aos problemas crônicos de desigualdade e pobreza e da necessidade de se dar um tratamento ético aos bens públicos, como o meio ambiente, são exigidas instituições que ajam de maneira a ultrapassar o mercado capitalista.

Muitos outros debates ganharam forma. Quais os limites para uma identidade baseada estritamente na noção de patriotismo? Nussbaum (1999) destaca o perigo que há no orgulho patriótico, na situação limite em que pode subverter os ideais morais de justiça e igualdade. Mas não se trata de desvalorizar esta primeira referência de uma “emoção do orgulho nacional”, mas de compreender que esse sentimento pode sustentar-se a partir de fundamentos de caráter mais internacional. A viabilidade dessa visão está na implementação de um processo educacional cosmopolita, onde “Si nos contemplamos a nosotros mismos con la mirada del outro, veremos lo que em nuestras prácticas hay de local y no esencial, así como lo que es más amplia y profundamente compartido. La ignorância de nuestra nación em cuanto se refiere a la mayor parte del resto del mundo es apabullante. Em mi opinión esto significa también que, em muchos e importantes aspectos, es ignorante respecto de si misma. Esta discussão que tem muito de normativo, aponta, por outra via, para as novas sensibilidades que fazem factível um olhar mais amplo, que ultrapasse o próprio interesse mesquinho, pela edificação que ocorre na alma de alguém que se abre para aprender com o outro, seu irmão, vizinho, e aquele tipo cada vez mais próximo, que é o tipo humano do outro lado do mundo.

A TENTATIVA DE ANTHONY GIDDENS

O ponto de partida da reflexão de Giddens sobre as questões ambientais é marcado pela revisão que faz das grandes correntes políticas (radicalismo e conservadorismo) e da reestruturação da esfera pública em curso em meio a uma questão central porque perturbadora — o mundo atual não é o reflexo do controle humano, mas realidade instável, em permanente perturbação e incerteza. Os avanços do conhecimento humanos e do poder de intervenção na sociedade e na natureza estão profundamente envolvidos com o caráter de imprevisibilidade do estado da vida atual, contrariamente a todas as intenções e certezas iluministas sobre a produção de conhecimento e controle da natureza. São as incertezas artificiais criadas em função da intervenção humana nas condições da vida social e da natureza. Os riscos não podem ser tratados como algo externo passível de ser controlado, porque suficientemente codificados em termos técnicos —, os problemas com respeito a riscos artificiais são políticos e essencialmente morais.

O estado de incerteza artificial evolui como resultado das mudanças de longo prazo nas instituições modernas. A globalização seria um evento importante que ultrapassa o aspecto econômico. Em verdade, reporta-se à transformação do espaço e do tempo, reestruturando a ação local em relação à ação à distância, em um processo que é intensificado em razão da comunicação global instantânea e do transporte de massa, para citar alguns sistemas peritos. Também, deparamo-nos com o surgimento de uma ordem social pós-tradicional, que corresponde às novas condições de contato e interação na vida

social. Não representa o fim da tradição, mas um estado interativo em que os indivíduos são chamados a explicar-se, e pelas condições dialógicas forjadas, as tradições são chamadas à interrogação, à exposição de seus motivos.

A globalização, em sua dimensão sistêmica, não é algo externo às injunções do agir cotidiano, desconectado da vida local, guardando consigo os elementos intrínsecos à ação humana — racionalidade, impremeditação e indeterminação em meio aos processos e engrenagens sociais regulares. Essa noção coaduna-se com a premissa de Giddens de que as influências globalizadoras esvaziam os contextos locais de ação, que, por sua vez, são reordenados reflexivamente pelo que foram afetados pelos processos macrossociais. Contudo, o fundamental nas transformações ocorre nas fissuras da vida cotidiana pela afetação que opera sobre as identidades pessoais — o self torna-se reflexivo, de maneira que os indivíduos não se contentam com suas identidades herdadas, mas lançam-se em processos de descoberta e construção, na decisão e definição do que se é. A vida ativa passa a ser a vivência de “experimentos” cotidianos, de escolhas que têm que ser feitas com base nas diversas fontes disponíveis.

Os projetos políticos voltados à causa preservacionista e da solidariedade, quando confrontados com o risco artificial, ganham sua faceta fundamentalista no viés que reivindica o retorno à “natureza”, mas a uma natureza que não existe mais e, mais que tudo, defendida de maneira tradicional, como se vê entre os partícipes da “ecologia profunda” e da teoria política verde em geral. Giddens assinala que “nossa relação com a natureza — ou com aquilo que não é mais natureza — é uma das grandes dimensões institucionais da modernidade”. Há, contudo, algumas questões a serem tratadas no âmbito de uma política radical reconstruída.

Giddens pondera a necessidade da restauração das solidariedades danificadas, da reinvenção institucional desde o nível das ações individuais até aquele que as liga aos sistemas mais globalizados. Nesse sentido, torna-se inadiável repensar o individualismo em sua formulação neoliberal, quando é enfatizado o comportamento interesseiro e voltado somente à maximização de lucros no mercado. Em um ambiente marcado pelo aumento da reflexividade social, torna-se necessário à adaptação individual o desenvolvimento de certo grau de autonomia de ação que implica reciprocidade e interdependência, inclusive no domínio econômico.

Os domínios formais da ordem política precisam ser reestruturados por aquilo que Giddens chama de política de vida, fundamentalmente comprometida com a criação da autonomia da ação, e preocupada com a transformação da tradição e da natureza no contexto de uma ordem cosmopolita e globalizadora. A política de vida tem a ver com a criação de estilos de vida, como resultado dos embates sobre como deveríamos viver em uma ordem reflexiva. “A política de vida e as disputas e lutas a ela associadas tratam de como deveríamos viver em um mundo onde tudo que costumava ser natural (ou tradicional) agora tem de ser, em algum sentido, escolhido ou decidido”. De forma complementar, ocorre entre o Estado e a sociedade em geral a oportunidade para uma política gerativa — são os indivíduos ativos fazendo as coisas acontecerem, na defesa do domínio público, para além da oposição entre Estado e mercado. A política de vida é parte da construção da identidade, determinada pelo poder de escolha dos indivíduos, mas não se trata de uma

política pessoal, porque se reporta aos dilemas enfrentados pela humanidade coletiva e não a decisões individuais. É o caso das questões ecológicas, que não podem ser entendidas como relacionadas apenas ao meio ambiente, uma vez que envolvem a situação ampla de se rediscutir o projeto de progresso em toda a sua ambigüidade. É nesse nível que é possível abordar os problemas como pobreza, exclusão social e a questão ambiental.

O ponto para o qual tanto a política de vida quanto à política gerativa converge é o processo da democratização da democracia, ou o que Giddens denomina de democracia dialógica. Considerando-se as duas principais dimensões da ordem democrática — a de ser um instrumento para a representação de interesses e a de ser uma arena pública para a abordagem de assuntos controversos — a democracia dialógica (i) se estende aos outros campos que não o da esfera política formal, como nos contextos diversos da vida social, como nas relações entre pais e filhos, entre os sexos e nas amizades; (ii) consolida-se em meio às relações ordenadas através do diálogo, e não pela operação do poder arraigado; e (iii) opera no plano dos relacionamentos pessoais regulada pela confiança ativa mobilizada e sustentada pelo intercâmbio de idéias, mas não em bases ideais de discurso para o consenso, como preconizado por Habermas, e sim fundamentando-se em que o diálogo no espaço público fornece um modo de viver com o outro (indivíduo ou comunidade) em uma relação de tolerância mútua.

Esses caminhos levam Giddens a ver como possível a retomada de um programa de política radical, firmado no pluralismo de valores universais e capazes de lidar com os contextos locais e seus modos de vida, tolerando-os. São valores universais compartilhados.

Os valores de santidade da vida humana, os direitos humanos universais, a preservação das espécies e o cuidado com as gerações presentes e futuras de crianças talvez tenham sido alcançados de maneira defensiva, mas certamente não são valores negativos. Eles implicam ética de responsabilidade coletiva e individual, que (como afirmação de valores) são capazes de passar por cima das divisões de interesses. Responsabilidade não é dever, e algumas pessoas sugeriram que por isso lhe falta o poder imperativo que o chamado do dever extrai do “verdadeiro fiel”. No entanto, se comparada ao dever, a responsabilidade implica o detalhamento de motivos, e não a lealdade cega. Ela corre em sentido contrário ao do fanatismo, mas tem sua própria força de impulsão, uma vez que os comprometimentos assumidos de maneira livre com frequência têm maior força de ligação do que os que são simplesmente dados de modo tradicional” (GIDDENS: 1996, p. 29).

As questões ecológicas, para Giddens, devem ser entendidas como parte da dinâmica da modernização reflexiva, no contexto da globalização. Há uma questão orientadora de toda a reflexão — “como viveremos?”. O quadro interpretativo indica os avanços da ciência e da tecnologia conectados às engrenagens do crescimento econômico, a gerar dilemas morais que não podem mais ser respondidos no formato tradicional de uma naturalidade da natureza, no sentido de uma exterioridade dada, herdada. Os avanços civilizatórios indicativos do controle humano sobre os ambientes de ação — histórico e natural — depararam-se com o limite dado da incerteza artificial, que, por sua vez, afeta a própria intenção de controle dos sistemas e processos organizadores da vida; além do

limite ligado aos efeitos que a orientação para o controle tem sobre questões e dilemas morais da existência.

A categoria “natureza”, em seu viés tradicional, tem perdido sua força explicativa e dissuasiva — era a natureza que representava o “natural” ou o que é preexistente em nossas vidas, ou como o ambiente físico não-humanizado. Essa noção de natureza levou à noção de risco externo e ao entendimento da condição de controle humano sobre os processos. Já a incerteza artificial — que tem como substrato os recursos da ciência, da tecnologia e da indústria —, guarda correspondência com um sentido de natureza concebida-construída e, portanto, outra natureza que não aquela noção idealizada da ecologia profunda. Para esses defensores de uma naturalidade da natureza, é preciso retornar às pequenas sociedades de horticultores ou caçadoras/coletoras. Giddens recusa o recurso a esta idílica imagem porque o histórico adaptativo de sociedades com baixo nível tecnológico é, às vezes, de destrutibilidade ambiental. Para os ecologistas radicais, as comunidades locais maximizam a solidariedade e a democracia; daí a viabilidade do estabelecimento de comunidades ecológicas. Todavia, Giddens adverte que pequenas comunidades não encorajam a diversidade, mas o indivíduo tende a estar sujeito à “tirania do grupo”.

Há ainda uma dificuldade posta na noção tradicional de natureza. Ela entroniza o conceito de fatores naturais essencialmente interferindo em outros fatores naturais. A entidade humana é feita variável externa e maligna. Nesse sentido, há um lugar e tempo onde se pode encontrar uma natureza pura e objetiva. Giddens entende que essa ambigüidade precisa ser superada.

A ecologia privilegia os sistemas que ocorrem naturalmente em relação aos outros, mas isso é um erro. Sem dúvida, existe uma série de situações nas quais a humanidade deveria tentar se afastar das intervenções que afetam o meio ambiente, ou tentar eliminar os efeitos colaterais. Entretanto, a maioria dos modos de vida com os quais temos de lidar são sistemas ecossociais: eles dizem respeito ao meio ambiente socialmente organizado. Na maioria das áreas ambientais, não poderíamos começar a desenredar o que é natural do que é social — mais importante ainda, procurar fazer isso é geralmente irrelevante para os esforços a fim de elaborar programas de ação. Isso nos livra da tarefa impossível de ter de afirmar que Los Angeles é menos natural do que um vilarejo inglês”. (Idem, p. 239).

A política ecológica gerativa é aquela que não lamenta a perda da tradição e de uma noção de natureza tradicional, porque não reflexiva, mas é uma política que busca a remoralização da vida no contexto de uma “aceitação positiva de incerteza artificial”. A importância da crise ecológica está em ser ela a “expressão material dos limites da modernidade”. A nova política de vida visa restaurar o ambiente danificado, dos arranjos sociais aos sistemas ecossociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

Giddens e Sen mantêm-se na posição comum de recuperar a variável humana em uma equação ecológica redutora e determinante, por muito tempo, dos rumos do debate e das políticas ditas sustentáveis. A riqueza de tipos humanos e seus vastos espectros de motivações e interesses, alimentadores de projetos de ação reais, são valorizados enquanto perspectiva. Os processos e fenômenos sociais geradores de eventos humanos grandiosos e trágicos são compreendidos como dados substantivos para a composição de um quadro mais amplo onde se localiza o tema de um projeto sustentável de vida. As grandes formas institucionais criadas pelas sociedades, ao longo da história, e particularmente formatadas no momento presente, (Mercado, Democracia, Justiça, etc.) são investigadas e introjetadas no esquema explicativo ecológico, porque são reconhecidas como elementos cruciais para o equacionamento de um viver parcimonioso dos homens entre si e de um uso mais prudente dos recursos naturais. Basicamente é de grande importância a visão de que não há chances de futuro sustentável nem possibilidade de uma relação mais prudente do homem com a natureza, sem que dilemas e impasses humanos sejam enfrentados como etapa necessária para a consecução do projeto último.

Toda a perspectiva trabalhada pelos autores não seria produtiva se eles não se embrenhassem por entre as bases racionais da ação, incluindo os limites do agir racional e de suas inconsistências. Da ação que se depreende na esfera do Mercado até as injunções no campo da sociabilidade cotidiana mais próxima e mais distante, um agente humano precisa ser entendido para que se possa captar com mais propriedade um formato de mundo em conformação. Isso inclui também o mapeamento dos eventos sócio-históricos capazes de gerar uma ampla discussão pública a respeito do futuro da vida — guerras, pobreza, injustiça, etc. Esses eventos humanos precisam ser conectados à equação ecológica, contrariamente ao que se fazia antes nos vieses redutores conhecidos. Se há alguma viabilidade para um futuro sustentável, essa reside nas capacidades humanas para reflexivamente agir de maneira mais cooperativa e ativa, no sentido de reformar suas instituições e práticas. Aqui se pode destacar o papel decisivo que as variáveis da política ganham porque são partes da esfera da vida, cruciais para o redimensionamento dos projetos humanos, incluindo os projetos de intervenção e de interação com a natureza. O agir com responsabilidade e em uma atitude dinâmica de construção de valores depende do desenvolvimento político, com suas conseqüências institucionais e programáticas. Mesmo considerando os limites da racionalidade humana para conhecer plenamente os eventos da realidade em seus inúmeros desdobramentos, é parte fundamental, na construção de uma nova ordem global e local de eventos, a valorização dessa subjetividade individual e coletiva, porque operante no delineamento de projetos reais de ação, com resultantes previsíveis e impremeditadas de menor e maior impacto no ordenamento do mundo social e natural.

Nesse ínterim, os fracassos das iniciativas mais bem intencionadas no campo conservacionista só ganham plena inteligibilidade, se articulados em um quadro compreensivo explicativo das transformações da esfera pública e democrática no mundo, dos enraizamentos da globalização para a estruturação da vida das pessoas em termos econômicos, afetivos e de sociabilidade mais ampla do impacto dos usos das tecnologias;

e do paradoxo do descontrole gerado, e do processo de construção de uma identidade individual e coletiva perpassada pelas ambigüidades do progresso humano atual. De todo modo, a equação socioambiental que ganha forma a partir das considerações dos processos políticos e antropológicos já aponta para as limitações dos modelos circunscritos ao campo estrito da realidade econômica ou do nível de realidade estudado e “normatizado” pela biologia.

Da ciência econômica (Amartya Sen) à ciência sociológica (Anthony Giddens) são lançadas as críticas com respeito a um estatuto da natureza humana com base na ação instrumental e auto-interessada. Tornaram-se possíveis e mesmo são desveladas as características e potenciais humanos para a ação cooperativa. Os debates que se sucedem apontam para a recuperação de um argumento clássico, porém renovado, o da necessidade da reintrodução do componente ética nos assuntos mundanos da economia e da política. A questão ambiental é tratada em termos das desconstruções e reconstruções de significado que os grupos humanos realizam para além das esferas formais de representação e ainda que diante do desafio básico e que não se pode ignorar, que é o da reprodução material.

São reconhecidas as novas bases para a discursividade pública, que vem, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da capacidade humana para agir com respeito a valores e normas, em uma ordem reflexiva que restaura e/ou modifica-sintetiza novos valores e sentidos para o agir com grande intensidade e permanência. É nesse contexto que os conteúdos e práticas tradicionais são analisados e transformam-se em ponto de apoio para novos projetos e para a busca de novas sínteses, incluindo o afastamento de certos modelos de sustentabilidade que apontam para um passado irre recuperável.

As realidades brasileira e latino-americana propõem especificidades a serem ponderadas pelas teorizações de Giddens e Sen. A institucionalização da democracia de mercado é mais uma aspiração do que mecanismo efetivo de geração de bem-estar das populações do continente. As sociedades latino-americanas estão buscando por construir mecanismos atenuadores dos males de um mercado que basicamente não responde a um passivo gigantesco. Seus respectivos governos demonstram no momento tremenda incapacidade para realizar programas que aumentem o capital social de seus povos, em uma conjuntura que exige a radicalização de iniciativas que incrementem as capacidades dos indivíduos para participar ativamente da vida política e econômica. Os níveis de pobreza no continente criam o paradoxo da institucionalização da democracia coadunada com as feridas da exclusão social. A gravidade da cena latino-americana é que nada parece indicar uma diminuição nos indicadores de pobreza, mas a conformação de um estado crônico do tecido social. Isso tudo é potencializado com a sabida tradição política brasileira, personalista e geradora dos particularismos na base de muitas políticas despreocupadas com a aplicação de uma justiça distributiva. Assim, estão dados os ingredientes para o desenrolar de estratégias individualistas por essas paragens. Esses elementos do diagnóstico levantam questões sobre os rumos do desenvolvimento latino-americano, do papel do Estado e das instituições democráticas e das fórmulas melhores para a geração de energias coletivistas capazes de introjetar os sentimentos de pertencimento necessários aos desafios colocados pela globalização.

A inexistência de uma cultura política ativa e criativa para pensar seus próprios caminhos de futuro, considerando suas especificidades históricas, culturais e políticas, parece ser um dos principais obstáculos à consolidação da democracia no continente. Os projetos vinculados às intenções sustentáveis têm muito do pensamento unilateral biologizante e da visão redutora de que o mercado é o instrumento ótimo de resolução de conflitos e de correção de erros. Dessa maneira, um desempenho mais ativo e propositivo dos atores no campo do desenvolvimento sustentável está condicionado à operação de uma cultura democrática e cívica, de fato, e que respondam a tantas outras demandas postas.

A democracia brasileira carece exatamente de cultura política e de uma socialização nos valores e práticas ao longo de um tempo necessário e relativo. Historicamente, apesar das populações terem criado expectativas de respostas automáticas quanto à capacidade do sistema democrático para a resolução de grandes problemas e atendimento de grandes demandas, a democracia vivida como modo de vida coletiva, e, portanto, geradora dos melhores consenso reais e possíveis, tem um caminho tortuoso até à sua consolidação. Desse contexto se pode refletir sobre as possibilidades de pactos melhores e mais factíveis quanto aos desafios para a instituição de uma sociedade sustentável.

The notion of sustainable development under the concepts of human development [Amartya Sen] and dialogic democracy [Anthony Giddens]

ABSTRACT

This paper debates the notion of Sustainable Development (SD) in light of the discussions led by Amartya Sen (about Human Development) and Anthony Giddens (about Dialogical Democracy). The aim here is to shed light on new conceptual elements in an effort to redefine a SD able to truly take into consideration aspects of human reality and the human processes that generate environmental and social reality, searching to recapture human demands as part of the hard core of the definition of sustainability and not as externalities in the face of environmental processes.

Keywords: Sustainability. Development. Socio-ecology.

Notas

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria/RS. E-mail: jvcostalima@gmail.com

Referências

- BRÜSEKE, Franz. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Recife: Editora Cortez, 1997.
- CASANOVA, Pablo González. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- CAVALCANTI, Clóvis. Política de Governo para o Desenvolvimento Sustentável. In: *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Recife: Editora Cortez, 1997.
- DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Etnoconservação. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.
- GUIVANT, J. S. Agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- LEIS, Hector. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. J., LEIS, H. R., et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- HERCULANO, Selene C. *A qualidade de vida e seus indicadores. Ambiente e Sociedade*. Campinas, n. 2, p. 77-100, 1998.
- MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: NUSSBAUM, Martha C. *Los Límites del Patriotismo. Identidad, pertenencia y "ciudadanía mundial"*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.
- FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- RANDAL, A. *Resource economics: an economic approach to natural resource and environmental policy*. New York: John Wiley & Sons, 1987.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Editora companhia das Letras, 1999.
- _____. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- NUSSBAUM, M.; SEN, Amartya. (eds.). *The Quality of Life*. Clariton Paperbacks, 1995.

_____. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. *Folha de São Paulo*, 14 mar. 2004, Caderno Mais, p. 16.

Data do recebimento: 25/05/2006

Data do aceite: 17/08/2006

Capital social e desenvolvimento rural: uma abordagem cultural das desigualdades¹

Hemerson Luiz Pase²

RESUMO

Este artigo discute a relação entre cultura política e desenvolvimento socioeconômico, fazendo um resgate histórico do desenvolvimento, estabelecendo as diferentes matrizes ocupacionais do território do Rio Grande do Sul. A hipótese central retoma as formulações clássicas afirmando que quanto maior o estoque de capital social maior do desenvolvimento socioeconômico, razão pela qual as políticas públicas devem ser estruturadas no sentido de estimulá-lo. A metodologia utiliza informações empíricas que definem confiança, reciprocidade e solidariedade como indicadores de capital social que é utilizado como variável independente do IDESE. Os resultados reforçam a teoria de Putnam, afirmando que existe uma relação proporcional entre o estoque de capital social e a qualidade do desenvolvimento socioeconômico. Os cidadãos rurais possuem um estoque de capital social superior aos urbanos, o que lhes permite sobreviver ante a hostilidade do desenvolvimento agrário.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento rural. Qualidade de vida.

Introdução

A importância da cultura política para os processos de desenvolvimento econômico e consolidação democrática ampliou seu espaço na literatura científica principalmente depois dos estudos de Robert Putnam, cuja pesquisa define a determinação do desenvolvimento diferenciado a partir do capital social acumulado pelas sociedades.

O objetivo deste trabalho é aprofundar a compreensão a respeito das condições que proporcionaram a emergência de desigualdades regionais que marcam o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul, principalmente no que tange ao espaço rural. Existem evidências que demonstram a relevância da cultura política para o processo de desenvolvimento territorial e empoderamento cidadão. Neste trabalho pretende-se investigar se essa relação é efetivamente determinante. Não obstante, almeja-se identificar se intervenções na perspectiva de estimular capital social podem alterar cursos históricos, aparentemente definidos, de desenvolvimento socioeconômico.